



Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

## SINOPSE DE REUNIÃO

<b>“Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada conjunta com o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG)”</b>	
<b>Documentos convocatórios:</b> Ofícios CBHLSJ n.º: 28/2025 e 34/2025, de 21 de maio de 2025.	
<b>Data:</b> 28/05/2025 <b>Hora:</b> 10h	<b>Local:</b> Sede do CBHLSJ
<b>Membros:</b> Jailton Dias Nogueira Junior (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Roni Ribeiro (Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama - APAGLA); Dalva Mansur (Diretoria do Subcomitê do Rio Una/Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Breno Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Mario Flavio Moreira (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA); Irene Alves de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA).	
<b>Convidados:</b> Adriana Saad (Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ); Cláudia Magalhães (Coordenadora do CILSJ); Aline Ribeiro (Analista Técnica - CILSJ); Vanessa Soto Maior (Analista Técnica – CILSJ); Samara Miranda (Assistente Administrativo - CILSJ); Allan Barbosa (Estagiário Técnico – CILSJ); Matheus Coelho (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Mario Flavio (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação – CILSJ);	
<b>Pauta Executada:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Eleição do Coordenador do GACG;</li><li>2. Apresentação da Prestação de Contas do Ano II - Contrato de Gestão nº 61/2022 ;</li><li>3. Aprovação de sinopse da reunião anterior (Diretoria Colegiada: 09/04/2025);</li><li>4. Indicação de representante no Fórum Fluminense de CBHs;</li><li>5. Solicitação de apoio do CBHLSJ para a Conferência Clean Up The World 2025;</li><li>6. Inscrições de novas instituições no CBHLSJ;</li><li>7. Aumento do valor da diária dos membros do CBHLSJ;</li><li>8. Aumento do número de integrantes das Câmaras Técnicas (de 12 para 15).</li><li>9. Discussão sobre os representantes da Plenária x Câmaras Técnicas/Subcomitês/Grupos de Trabalho.</li><li>10. Participação do CBHLSJ no Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas 2025 (ENCOB 2025);</li><li>11. Assuntos Gerais.</li></ol>	
<b>Resumo:</b> A Sr. <sup>a</sup> Aline Ribeiro iniciou a reunião apresentando o primeiro item de pauta da reunião sobre a “ <b>Eleição do Coordenador do GACG</b> ”, sendo o Sr. Felipe Serpa eleito pela maioria dos presentes como coordenador do GACG. Em seguida a Sr. <sup>a</sup> Aline Ribeiro prosseguiu para a pauta sobre “ <b>Apresentação da Prestação de Contas do Ano II - Contrato de Gestão nº 61/2022</b> ”, onde a Sr. <sup>a</sup> Cláudia Magalhães iniciou a apresentação informando que o Contrato de Gestão era avaliado por uma comissão interna formada por membros do comitê e	

Avenida Um, n° 01, Lote 01, Quadra 11, Loja 02, Jardins de São Pedro  
São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28.940-840  
Tel.: (22) 98841-2358

[contato@cbhlagossaojoao.org.br](mailto:contato@cbhlagossaojoao.org.br) [www.cbhlagossaojoao.org.br](http://www.cbhlagossaojoao.org.br)

Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

uma comissão externa com membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI) e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), acrescentando que a prestação de contas era enviada para essas duas comissões. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães continuou sua apresentação, explanando sobre o histórico de criação do CILSJ e sua admissão como Entidade Delegatária, demonstrou também a estrutura organizacional e financeira dos Comitês de Bacia, destacando a função do CILSJ como Secretaria Executiva na gestão dos contratos, orçamentos e apoio ao Comitê. Dando continuidade a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães apresentou a equipe do CILSJ, incluindo analistas, estagiários e assistentes administrativos, além das assessorias contábil, jurídica e de comunicação, ressaltou que as assessorias foram contratadas por edital público de seleção. Nesse momento, o Sr. Felipe Serpa questionou como era o procedimento para o ingresso das instituições ao conselho de associados do CILSJ. Em resposta a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad informou que as prefeituras, empresas e sociedade civil poderiam solicitar entrada no CILSJ, no caso da sociedade civil poderiam entrar na Plenária das Entidades da Sociedade Civil, cuja aprovação ficaria a critério do Conselho de Associados, devendo seguir o previsto no Estatuto do CILSJ. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad ressaltou que o CILSJ era auditado pelo INEA, pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão formada por representantes do CERHI, SEAS/ INEA, pelo Tribunal de Contas e também pelo Ministério Público, além da auditoria interna. O Sr. Felipe Serpa perguntou quais ações poderiam ser realizadas pelo CILSJ, além da função de Entidade Delegatária. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad informou que o CILSJ teria autonomia para participar de editais socioambientais, realizar parcerias com empresas privadas com a anuência dos associados, representar os municípios na Agenersa. Acrescentou que o CILSJ atualmente possuía parceria com o Ministério Público Federal (MPF), ICMBio e empresas privadas. Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães retomou a apresentação informando que o CILSJ havia realizado em 2024 23 (vinte e três) licitações exclusivas do CBHLSJ e mais 5 (cinco) licitações para contratações compartilhadas. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães reforçou que a equipe do CILSJ responsável pelas licitações, realizou mais de 60 (sessenta) licitações, considerando os dois comitês. Continuou expondo que, no âmbito do CBHLSJ, foram elaboradas 14 (quatorze) resoluções em 2024. Logo após, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães apresentou o Plano de Trabalho executado em 2024, destacando os recursos provenientes de três fontes: compensação financeira, cobrança pelo uso da água e fundo de reserva, esclareceu que o orçamento previsto para 2024 foi de R\$ 1.472.935,90 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), dos quais R\$ 1.013.600,00 (um milhão e treze mil e seiscentos reais) foram utilizados até o momento, demonstrando a eficiência na gestão dos recursos. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães seguiu apresentando sobre a execução do Plano de Trabalho, a prestação de contas e os indicadores de desempenho do Contrato de Gestão. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães esclareceu que o Contrato de Gestão era avaliado por meio do desempenho de 7 (sete) indicadores, incluindo organização das atividades, atendimento às demandas do Comitê e execução física e financeira das ações prioritárias, informando que o Relatório de Execução e o Relatório de Progresso elaborado e encaminhado ao INEA eram documentos importantes para essa avaliação. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães e a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad reforçaram sobre a necessidade da priorização das ações do Comitê em projetos relacionados aos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, conforme previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), como por exemplo, a Outorga do direito de uso de recursos hídricos. Logo após, a Sr.<sup>a</sup> Dalva Mansur ressaltou que os valores cobrados na outorga em área rural da RH VI deveriam ser revistos, pois estavam defasados. Após, o Sr.<sup>o</sup> Felipe Serpa questionou se os valores destinados aos projetos não fossem

Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

executados em sua totalidade implicaria na avaliação desses indicadores. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães informou que no indicador 6 (seis), quanto menor o valor executado, melhor a avaliação. Quanto aos indicadores 4 (quatro) e 5 (cinco), explicou que implicaria de forma negativa no desempenho. O Sr. Felipe Serpa comentou que na tabela enviada, havia chamado à atenção dele as informações sobre o que havia sido previsto e o que foi executado em percentual de investimentos, pois o mesmo observou que havia 2 (dois) municípios que com investimentos previstos, porém não executados. A Sr.<sup>a</sup> Dalva Mansur complementou que 2 (dois) municípios haviam declinado para obras de saneamento. Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad esclareceu que os municípios de Silva Jardim e Saquarema haviam declinado sobre os respectivos projetos de saneamento. O Sr. Felipe Serpa apontou que estava se referindo aos municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio. Em resposta a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad informou quanto ao município de Cabo Frio que o projeto foi alterado por solicitação da Concessionária Prolagos e estaria aguardando a aprovação do município para o prosseguimento do processo de licitação. Em relação ao projeto de Armação dos Búzios, esclareceu que o projeto foi elaborado, porém devido às problemáticas relacionadas à localidade, o prefeito em acordo com a Prolagos, decidiu que o projeto ficaria a cargo da Prolagos. O Sr. Felipe Serpa mencionou que ficou com dúvidas em relação ao PAAD, especificamente sobre o SIGA, pois o mesmo observou nesta rubrica existia uma previsão de R\$ 11.000,00 (onze) mil reais, sendo que observou que foi desembolsado aproximadamente R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), continuou citando que identificou que havia ocorrido uma série de aditivos. Portanto, o Sr. Felipe Serpa solicitou esclarecimentos sobre o referido contrato. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães informou que inicialmente o SIGA foi contratado por R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais), e que o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) seria referente ao saldo existente em 2023, acrescentando que ao final do contrato do SIGA houve a necessidade de manutenção do SIGA, porém não havia saldo suficiente, sendo aprovada uma resolução na Plenária para aportar mais recursos para a manutenção do mesmo. Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia esclareceu que o serviço contratado que era de R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais), com o aporte complementar de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos ) passou para o total de R\$ 388.500,00 (trezentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais). O Sr. Felipe Serpa agradeceu as explicações e manifestou que gostaria de analisar os documentos do referido processo em uma data a ser marcada. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães concordou com o pedido do Sr. Felipe Serpa e informou que entraria em contato para ajustar a data. Em seguida, com relação ao Projeto de Monitoramento, o Sr. Felipe Serpa questionou o motivo pelo qual constava zero de execução. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães explicou que ficou faltando incluir esta informação e que havia observado e mencionado sobre a necessidade dessa correção. O Sr. Felipe Serpa solicitou esclarecimentos também sobre a Fiscalização Integrada da Lagoa, pois o mesmo ficou em dúvida sobre o previsto, desembolsado e contratado. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães informou que o previsto era o saldo da rubrica referente ao ano de 2023, o valor desembolsado seria efetivamente o que foi pago em 2024, já o valor contratado, seria valor da rubrica que de fato foi utilizado na contratação. O Sr. Felipe Serpa comentou sobre a rubrica de aluguel de veículo e solicitou maiores esclarecimentos. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães informou que o aluguel era realizado em um prazo de 12 (doze) meses. Após, o Sr. Felipe Serpa mencionou sobre o contrato da limpeza das algas e solicitou que fosse marcada uma reunião com a empresa contratada, para que as dúvidas fossem sanadas. Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad informou que a solicitação seria levada para a reunião da Diretoria para os devidos encaminhamentos. Não havendo mais dúvidas, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães encerrou sua



Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

apresentação.

O Sr. Roni Ribeiro pediu a palavra para esclarecer uma controvérsia envolvendo o repasse de fundos do consórcio a uma associação de pescadores, da qual era presidente e também diretor do comitê. Explicou que o dinheiro foi usado para remunerar pescadores em projeto de remoção de algas, sem benefício pessoal, e que, à época, não era diretor do comitê. O projeto foi executado pela Prolagos, mas, devido a impedimentos legais (como defeso e aposentadoria dos pescadores), foi necessária uma parceria com o consórcio. A Sra. Adriana Saad informou que, em reunião entre o Sr. Felipe Serpa e a Sra. Cláudia Magalhães, foi citado possível conflito de interesse, mas a assessoria jurídica confirmou que, à época, o Sr. Roni Ribeiro não integrava o comitê. O Sr. Felipe Serpa pediu que não levassem o apontamento para o lado pessoal, pois sua preocupação era com a imagem do consórcio e do comitê. Disse que os apontamentos foram feitos em reunião com a Sra. Cláudia Magalhães, incluindo observações sobre outros contratos, como a licitação do coffee-break. Preferiu a reunião presencial ao envio de e-mails, buscando contribuir com o comitê. Reforçou a importância de integridade, compliance e transparência. Sugeriu a implementação de um programa de compliance. O Sr. Jailton Dias questionou a Sra. Adriana Saad se algum comitê já havia implementado programa de compliance, pois o comentário do Sr. Felipe Serpa poderia ser interpretado como desconfiança sobre a integridade do comitê. Mencionou episódio anterior em que houve discordância jurídica sobre a saída de instituições do comitê, na qual a Sra. Irene foi apoiada apenas pelo Sr. Felipe Serpa, apesar do parecer jurídico contrário. O Sr. Felipe Serpa informou que não votou a favor da Sra. Irene. A Sra. Adriana Saad solicitou a correção da ata da Plenária, que registrava o voto favorável do Sr. Felipe Serpa ao questionamento da Sra. Irene, o que poderia ter ocorrido por confusão no momento da votação. A Sra. Samara Miranda perguntou ao Sr. Felipe Serpa se votou a favor do deferimento da saída das instituições, pois parecia ter votado contra. O Sr. Felipe Serpa esclareceu que votou a favor do deferimento. A Sra. Cláudia Magalhães afirmou que sempre informava à Sra. Adriana Saad o conteúdo das reuniões e confirmou que os questionamentos levantados pelo Sr. Felipe Serpa geraram alarde sobre outros contratos, os quais foram levados à Diretoria. A Sra. Cláudia Magalhães sugeriu que, enquanto membro do comitê, o Sr. Felipe Serpa enviasse apontamentos de natureza não técnica (uma vez que o comitê contava com assessoria jurídica) diretamente ao presidente do comitê. O Sr. Felipe Serpa respondeu que enviava por ofício para deixar formalmente registrados os apontamentos. O Sr. Roni Ribeiro informou que gostaria de sair do cargo de diretor do comitê e qual procedimento deveria tomar. Em seguida a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad apresentou a pauta sobre “**Aprovação de sinopse da reunião anterior (Diretoria Colegiada: 09/04/2025)**” e a mesma foi aprovada sem ressalvas. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad prosseguiu com a pauta sobre “**Indicação de representante no Fórum Fluminense de CBHs**”, onde o Sr. Jailton Dias foi indicado como titular e o Sr.<sup>o</sup> Mário Flávio como suplente. Em seguida a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad apresentou a pauta sobre “**Solicitação de apoio do CBHLSJ para a Conferência Clean Up The World 2025**”, cuja referida solicitação foi recusada, informando que os municípios realizavam o mesmo tipo de atividade. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad apresentou a pauta sobre “**Inscrições de novas instituições no CBHLSJ**”, sendo definido que as instituições interessadas em entrar no comitê, terão direito ao acesso, desde que a documentação seja analisada pela assessoria jurídica. Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad prosseguiu sobre “**Aumento do valor da diária dos membros do CBHLSJ**”, informando que os valores se encontravam devassados, ficando decidido que novo valor seria analisado e aprovado posteriormente. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad deu seguimento a pauta sobre “**Aumento do**

Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema  
e dos Rios São João e Una

**número de integrantes das Câmaras Técnicas (de 12 para 15)”,** neste item ficou acordado que seria discutido e analisado posteriormente no grupo de revisão do Regimento Interno do CBHLSJ. Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad apresentou a pauta sobre **“Discussão sobre os representantes da Plenária x Câmaras Técnicas/Subcomitês/Grupos de Trabalho”** e informou que havia uma recomendação sobre o regimento interno, por exemplo, uma prefeitura indicaria um funcionário especialista nos assuntos tratadas nas respectivas Câmaras Técnicas. Além deste assunto, ela informou que deveria ser realizada uma ordenação e paridade de representantes nas CT’s, e sugeriu a criação de um grupo para realizar uma regulamentação. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad prosseguiu e apresentou a pauta sobre **“Participação do CBHLSJ no Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas 2025 (ENCOB 2025)”** e informou que a regra atual para participar seria por prioridade dos diretores e coordenadores das CT’s e Grupo de Trabalho. A Sr.<sup>a</sup> Samara Miranda informou que, no último evento, o presidente do comitê adotou outra regra, na qual haviam 15 vagas, com prioridade para os diretores e membros que fossem apresentar trabalhos. A Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães sugeriu que fosse feita uma cotação dos valores, para que se tivesse uma ideia do número de vagas a serem disponibilizadas. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad sugeriu que fosse mantida a prioridade para os diretores e coordenadores do comitê, pois estes atuavam de forma voluntária e deveriam ser contemplados. Logo, foi decidido realizar a cotação de preço para a participação no evento e em seguida disponibilizar o número de vagas, seguindo a prioridade sugerida. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad prosseguiu para a pauta **“Assuntos Gerais”** informando a solicitação de duas exonerações de cargos de diretores, e informou que esta pauta deveria ser levada para a Plenária, seguindo o regimento do comitê. A Sr.<sup>a</sup> Aline Ribeiro informou que de acordo com o regimento, deveria ser realizada uma nova eleição dentro do respectivo subcomitê mediada pelo presidente do comitê. Por fim, a Sr.<sup>a</sup> Cláudia Magalhães informou que o PAAD seria modificado, para que se pudesse contratar mais um analista para a equipe técnica. A Sr.<sup>a</sup> Adriana Saad encerrou a reunião.

**Relator:** Allan Barbosa revisado por Aline Ribeiro

**Elaborado em:** 11/07/2025

**Aprovado em:** 22/09/2025



Assinado digitalmente via ZapSign por  
Jailton Dias Nogueira Junior  
Data 22/09/2025 16:44:42.157 (UTC-0300)

**JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR**  
Presidente do CBHLSJ

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)  
Última atualização em 22 Setembro 2025, 16:44:44



Status: Assinado

Documento: Sinopse\_de\_reuniao\_Diretoria 28-05-25.Pdf

Número: cefd9b87-de53-487a-80a9-8844d8b13928

Data da criação: 22 Setembro 2025, 16:32:52

Hash do documento original (SHA256): 534915cded7009db82d4eaf703151da1f916cfa2b2caa793e3f4560e843207ca



## Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR</b> Data e hora da assinatura: 22/09/2025 16:44:42 Token: bb25e553-4a93-4a67-b04f-8f9921d885e4</p>	<p>Assinatura</p> <p>Jailton Dias Nogueira Junior</p>
<p><b>Pontos de autenticação:</b> Telefone: + 5522988351511 E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br</p>	<p>Localização aproximada: -22.880155, -42.016997 IP: 186.232.160.34 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/28.0 Chrome/130.0.0.0 Mobile Safari/537.36</p>

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número cefd9b87-de53-487a-80a9-8844d8b13928, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign cefd9b87-de53-487a-80a9-8844d8b13928. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.